

RELATO DE EXPERIÊNCIA DA ATIVIDADE EXTENSIONISTA – ‘EXPOSIÇÃO CHEGADAS E PARTIDAS’: ACESSO AOS DIREITOS REPRODUTIVOS

Paula Estefany Batista e Silva¹; Cássia Rozária da Silva Souza ²; Gabriel Rolim Guimarães³; Maria Eduarda Mota Feitoza⁴; Leonardo Tavares Guimarães⁵; Caio Henrique Vinhote Felix⁶; Brenda Cabral das Neves de Moraes⁷.

¹Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Manaus, Amazonas. <http://lattes.cnpq.br/1237488475538027>

²Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Manaus, Amazonas. <http://lattes.cnpq.br/3871070918626174>

³Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Manaus, Amazonas. <http://lattes.cnpq.br/1309509181998380>

⁴Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Manaus, Amazonas. <http://lattes.cnpq.br/6143799881506300>

⁵Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Manaus, Amazonas. <http://lattes.cnpq.br/6604852171554309>

⁶Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Manaus, Amazonas. <http://lattes.cnpq.br/8185278078781336>

⁷Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Manaus, Amazonas. <http://lattes.cnpq.br/6265125329065060>

PALAVRAS-CHAVE: Direitos reprodutivos. Saúde sexual. Educação sexual.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde Coletiva

DOI: 10.47094/IICOLUBRASMU.2025/RE.15

INTRODUÇÃO

A limitação da autonomia das mulheres sobre seus próprios corpos evidencia a permanência de uma lógica patriarcal integrada e reforçada pelas dinâmicas do sistema capitalista, que molda e sustenta as relações sociais.

As possibilidades de escolhas das mulheres no que diz respeito à autonomia reprodutiva, bem como a efetivação dos seus direitos estão condicionadas à articulação dessas esferas estruturantes.

Os direitos reprodutivos referem-se à aspectos fundamentais da saúde sexual e reprodutiva, a garantia da vida e sobrevivência, à liberdade e segurança pessoal. Inclui também o respeito às escolhas individuais, a promoção da igualdade sem discriminação o acesso à informação e a educação que favoreçam decisões conscientes, além da autonomia para decidir sobre a maternidade. Tais direitos envolvem ainda a garantia de proteção social a quem exerce a maternidade, paternidade e às estruturas familiares.

OBJETIVO

Relatar a experiência vivenciada na disciplina de Psicologia Aplicada a Saúde, destacando os conhecimentos socializados, as práticas realizadas e a importância dos direitos reprodutivos e de saúde sexual da mulher apontados a partir da criação de um material educacional informativo.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência de natureza descritiva, com abordagem qualitativa, baseado nas vivências acadêmicas dos autores ao longo da disciplina de Psicologia Aplicada a Saúde, cursada no âmbito da graduação em Enfermagem da Escola Superior de Ciências da Saúde da Universidade do Estado do Amazonas, no segundo semestre de 2024. A exposição foi realizada na Escola Superior de Ciências da Saúde da Universidade do Estado do Amazonas, aberta ao público acadêmico e corpo docente, durante o período de três dias no mês de novembro de 2024. A atividade foi parte integrante da Mostra “Chegadas e Partidas”, proposta pela disciplina como estratégia de sensibilização para temas relacionados à dignidade no nascer e no morrer. Os discentes foram divididos em grupos temáticos, com a missão de construir materiais educacionais informativos e reflexivos, como produção dura e mole, abordando aspectos psicológicos, sociais e éticos relacionados aos processos de nascimento ao parto. A produção dos materiais foi construída com referencial científico e avaliado pela docente, na oportunidade da exposição, houve a supervisão da docente, priorizando uma linguagem acessível, objetiva e clara aos visitantes da exposição. A atividade foi desenhada para que etapas fossem realizadas: anotações de observação, registros fotográficos (autorizados) e discussões em grupo e reflexões coletivas (retorno a sala de aula), que serviram como base para a construção de novos olhares e de uma leitura a partir da individualidade da mulher e holística de sua percepção social do direito e cuidado. O presente trabalho não requer apreciação ética, por não envolver seres humanos como sujeitos de pesquisa, estando de acordo com a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Há dois momentos que foram construídos a partir da atividade de extensão: 1) a experiência gerada a partir da vivência baseada na exposição e, 2) a experiência não apenas da técnica de criação, mas do embasamento científico a partir da produção do material educacional e informativo. No 1º momento, tendo a oportunidade da interação com diferentes pessoas que passavam pela exposição, foi possível apresentar ao público informações claras, objetivas e legítimas quanto a saúde sexual e direito reprodutivo das mulheres, a percepção do outro sobre essa temática por vezes era indiferente, ora de opinião contrária ao direito ou simplesmente não lhe interessava, mesmo que esse sujeito

fosse uma mulher.

Nesse processo de identificação dos tópicos que deveriam ser abordados dentro do material educacional e informativo, várias foram as discussões, o que levou o grupo a se questionar sobre essa temática e a partir daí ter maior entendimento sobre, além dos direitos da mulher, na sua abrangência, mas também analisando as individualidades de cada uma, e que isso é muitas das vezes, o maior mal que a sociedade pode gerar contra sua integridade física, emocional e como ente independente de escolhas.

Uma vez optando pela gravidez, passa a ter uma rede de atendimento durante todo o processo de gestação e em possíveis intercorrências, além dos demais serviços públicos de assistência e cuidados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o processo de formação profissional, foi uma atividade que nos oportunizou o diálogo com as pessoas que passavam pela exposição e recebiam o material educacional informativo, onde pudemos apresentar, de forma mais consciente e segura os direitos das mulheres, em especial a sua escolha e autonomia quanto a reprodução. Conhecer as opções que ela e seu parceiro possuem, a instrumentaliza para a livre escolha e com isso, poder ter sobre si, a tomada de decisão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica: Saúde sexual e reprodutiva. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. *Cadernos de Atenção Básica*, n. 26. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_sexual_reprodutiva_cab26.pdf. Acesso em: 24 jun 2025.

CARLOTO, C. M. e DAMIÃO, N. A. Direitos reprodutivos, aborto e Serviço Social. *Serv. Soc. Soc.*, n. 132, mai-ago, 2018. DOI: 10.1590/0101-6628.143

FONSECA, S. C. et al. Aborto legal no Brasil: revisão sistemática da produção científica, 2008-2018. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n. suppl 1, 2020.

TOCANTINS. Defensoria Pública. *Em defesa dos Direitos Sexuais e Reprodutivos*. Núcleo de Defesa da Saúde. Palmas, TO: NUSA, 2022.

VENTURA, M. *Direitos reprodutivos no Brasil* 3 ed. Brasília: UNFPA, 2009.